



QUALIS
A2



ORTODONTIA EM CRIANÇAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS: REFLEXÕES BIOÉTICAS SOBRE O CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO¹

ORTHODONTICS FOR CHILDREN WITH SPECIAL NEEDS: BIOETHICAL REFLECTIONS ON FREE AND INFORMED CONSENT

Eduarda Carneiro da SILVA

Afya Centro Universitário Unitpac

E-mail: edudaah153@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0003-0781-1690>

Maria Eduarda Campelo MORAIS

Afya Centro Universitário Unitpac

E-mail: mariaeduardacampelomoraes@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0009-0806-7510>

Lucas Rodrigues Carvalho ARAÚJO

Universidad Del Museo Social Argentino (UMSA)

E-mail: lucasrodriguescaraujo@gmail.com

ORCID: <http://orcid.org/0009-0002-9259-4282>

Marília Matos NOGUEIRA

Afya Centro Universitário Unitpac

E-mail: drmarilianogueira@outlook.com

ORCID: <http://orcid.org/0000-0003-4545-5183>

RESUMO

Pacientes com necessidades especiais apresentam maior predisposição a alterações bucais devido a fatores biológicos, comportamentais e limitações na realização da higiene oral. Entre as condições mais frequentes destacam-se a Síndrome de Down (SD) e o Transtorno do Espectro Autista (TEA), que podem estar associadas a más oclusões, alterações craniofaciais e dificuldades no atendimento odontológico. O presente estudo tem como objetivo analisar os impactos dos tratamentos ortodônticos em crianças com necessidades especiais, enfatizando as principais alterações bucais, as possibilidades terapêuticas e os aspectos bioéticos envolvidos no atendimento. Trata-se de uma revisão narrativa da literatura, realizada por meio da análise de publicações científicas relacionadas ao tema. Os resultados demonstram que a intervenção ortodôntica precoce pode favorecer o desenvolvimento

¹ COMO CITAR: (ABNT): SILVA, E. C.; MORAIS, M. E. C.; ARAÚJO, L. R. C.; NOGUEIRA, M. M. Ortodontia em Crianças com Necessidades Especiais: Reflexões Bioéticas sobre o Consentimento Livre e Esclarecido. **JNT Facit Business and Technology Journal**. Qualis A2. ISSN: 2526-4281, Mês de Agosto de 2026 - Ed. 76. VOL. 01. Págs. 454-468. Disponível: <http://revistas.faculdefacit.edu.br>. Acesso em: __/__/__.

craniofacial, melhorar funções como respiração, mastigação e fala, além de contribuir para a qualidade de vida desses pacientes. Em crianças com Síndrome de Down, destacam-se recursos como a placa palatina de memória, expansores rápidos da maxila e aparelhos ortodônticos corretivos. Já em pacientes com TEA, o sucesso do tratamento depende de estratégias de adaptação comportamental, utilização de aparelhos adequados e participação ativa dos responsáveis. Além dos benefícios clínicos, o estudo ressalta a importância do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) como instrumento ético e legal indispensável para garantir a autonomia dos responsáveis e a segurança profissional. Conclui-se que o tratamento ortodôntico em crianças com necessidades especiais deve ser realizado de forma individualizada, multidisciplinar e pautada nos princípios da bioética, visando promover saúde bucal, inclusão e bem-estar.

Palavras-chave: Pacientes com necessidades especiais. Ortodontia. Síndrome de Down. Transtorno do Espectro Autista. TCLE.

ABSTRACT

Patients with special needs are more susceptible to oral health problems due to biological, behavioral, and functional factors that can compromise adequate oral hygiene. Among the most common conditions are Down Syndrome (DS) and Autism Spectrum Disorder (ASD), both of which are frequently associated with malocclusions, craniofacial alterations, and challenges in dental care. This study aims to analyze the impacts of orthodontic treatment in children with special needs, emphasizing the main oral alterations, therapeutic approaches, and bioethical aspects involved in care. This is a narrative literature review based on the analysis of scientific publications related to the topic. The findings indicate that early orthodontic intervention can promote craniofacial development, improve functions such as breathing, chewing, and speech, and enhance the quality of life of these patients. In children with Down Syndrome, therapeutic resources such as palatal memory plates, rapid maxillary expanders, and corrective orthodontic appliances have shown positive outcomes. In patients with ASD, treatment success depends on behavioral adaptation strategies, the use of appropriate appliances, and the active participation of caregivers. In addition to clinical benefits, the study highlights the importance of the Informed Consent Form (ICF) as an essential ethical and legal instrument to ensure caregivers' autonomy and provide professional legal protection. It is concluded that orthodontic treatment for children with special needs should be

individualized, multidisciplinary, and guided by bioethical principles in order to promote oral health, inclusion, and overall well-being.

Keywords: Special Needs Patients. Orthodontics. Down Syndrome. Autism Spectrum Disorder. Informed Consent Form.

INTRODUÇÃO

A Odontologia para pacientes com necessidades especiais é a especialidade que atua na prevenção, diagnóstico, tratamento e controle dos problemas de saúde bucal de pacientes que apresentam alguma alteração biopsicossocial (Andrade, 2015).

Para o Cirurgião Dentista, todo paciente que apresente uma ou mais limitações, temporárias ou permanentes, de ordem mental, física, sensorial, emocional, de crescimento ou médica, que o impeça de ser submetido a uma situação odontológica convencional (Brasil, 2019).

Os pacientes portadores de necessidades especiais apresentam alta prevalência de alterações bucais, uma vez que, exibem características morfológicas (alterações físicas) e físico-químicas (como alterações na saliva) diferentes de indivíduos sem deficiência. Soma-se a isso, a associação de fatores de ordem local, relacionados à incapacidade de manutenção de higiene bucal adequada, respiração bucal, anormalidade de oclusão, dieta cariogênica e terapia farmacológica, que contribuem para o estabelecimento de patologias, como a cárie e a doença periodontal (Vetorazzo *et al.*, 2020).

Indivíduos com necessidades especiais podem apresentar limitações consideráveis no desempenho da higiene bucal devido às suas potenciais deficiências motoras, sensoriais e intelectuais. A literatura relata que indivíduos com necessidades especiais de saúde apresentam higiene bucal e condição periodontal mais inadequadas, mais cáries não tratadas e menos dentes remanescentes e ocorrem principalmente devido a um déficit na higiene oral gerada pelas limitações físicas e psíquicas, pelo tipo de dieta, pela dificuldade em mastigar e deglutir ou pelos diversos medicamentos que são ingeridos diariamente (Alkhabuli *et al.*, 2019).

Em muitos casos as pessoas atípicas podem apresentar diferentes reações frente à consulta odontológica, variando de um bom comportamento até uma reação completamente apática ao atendimento (Oliveira *et al.*, 2004).

Com isso, a cárie e a doença periodontal são as alterações bucais mais prevalentes nos PNE por conta da dificuldade de escovação e a falta do uso do fio

dental. A higiene oral desses pacientes é comprometida devido a medicações, má oclusão, respiração bucal, comprometimento do sistema imunológico, deficiência dietética e nutricional, impactando de forma negativa na qualidade de vida relacionada a saúde bucal e condições motoras (Rozendo *et al.*, 2022; Macêdo *et al.*, 2018).

As alterações como mordidas abertas, ausências dentárias e microdontia, podem ser encontradas com maior frequência, fazendo com que esses pacientes necessitem de um acompanhamento periódico com o ortodontista. É extremamente importante determinar o nível de tolerância e colaboração por parte do paciente antes do início de qualquer procedimento ortodôntico. A cooperação entre pacientes e seus responsáveis ao longo do tratamento ortodôntico é a chave do sucesso (Carvalho, 2017).

Para o sucesso do tratamento odontológico, é indispensável o estabelecimento do vínculo entre o profissional/paciente/ família assim como a legitimidade do tratamento por meio da obtenção do termo de consentimento livre e esclarecido. Dessa forma, torna-se imprescindível que o atendimento odontológico seja pautado nos princípios éticos que regem o relacionamento de toda a equipe de saúde bucal com o paciente e sua família (Santos *et al.*, 2011).

Este artigo tem como objetivo analisar o atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais, abordando suas principais alterações bucais, os desafios clínicos e comportamentais e a importância dos aspectos éticos para a promoção da saúde bucal e da qualidade de vida.

METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se como uma revisão narrativa da literatura, desenvolvida com o objetivo de analisar os impactos dos tratamentos ortodônticos em crianças com necessidades especiais, com enfoque na Síndrome de Down (SD), no Transtorno do Espectro Autista (TEA) e nos aspectos bioéticos relacionados ao atendimento odontológico. A revisão narrativa foi escolhida por possibilitar uma abordagem ampla e descritiva do tema, permitindo a integração de diferentes evidências científicas e a discussão de aspectos clínicos, terapêuticos e éticos.

A busca bibliográfica foi realizada por meio de artigos científicos, dissertações, trabalhos acadêmicos, manuais e documentos oficiais publicados em bases de dados nacionais e internacionais, incluindo Scientific Electronic Library Online (SciELO), PubMed, Google Scholar e Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados descritores e palavras-chave em português e inglês, como: “pacientes com

necessidades especiais”, “ortodontia”, “Síndrome de Down”, “Transtorno do Espectro Autista”, “má oclusão”, “tratamento ortodôntico”, “bioética” e “termo de consentimento livre e esclarecido”.

Foram incluídos estudos publicados nos últimos anos cinco anos que abordassem alterações bucais, condutas ortodônticas, manejo clínico e aspectos éticos relacionados ao atendimento odontológico de pacientes com necessidades especiais. Também foram considerados documentos clássicos e publicações de relevância científica para a compreensão do tema. Foram excluídos trabalhos duplicados, estudos que não apresentavam relação direta com o objetivo da pesquisa e publicações com informações insuficientes para a discussão proposta.

Após a seleção, os materiais foram analisados de forma qualitativa e organizados em categorias temáticas, contemplando as principais características clínicas da Síndrome de Down e do Transtorno do Espectro Autista, as abordagens ortodônticas utilizadas nesses pacientes e os aspectos jurídicos e bioéticos envolvidos no processo terapêutico. A partir dessa análise, foi possível reunir e discutir evidências relevantes sobre a importância da intervenção ortodôntica precoce e do atendimento humanizado para a promoção da saúde bucal e da qualidade de vida de crianças com necessidades especiais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Os cuidados de saúde para indivíduos com necessidades especiais requerem, para além das medidas que são consideradas de rotina, conhecimento especializado, adaptação e aumento da atenção. O sucesso do tratamento odontológico não dependerá apenas do conhecimento da melhor conduta a ter com estas crianças, mas também da natureza das deficiências físicas, intelectuais, emocionais e sociais apresentadas (Lima, 2011).

Dentre o grupo de pacientes com necessidades especiais podemos citar pacientes portadores de Síndrome de Down e TEA (Transtorno do Espectro Autista). As crianças com Síndrome de Down geralmente têm problemas relacionados à má oclusão, enquanto crianças com TEA pode incluir falta de musculatura facial, má oclusão e bruxismo (Dias & Souza, 2022).

Deve-se realizar uma boa orientação aos pacientes e/ou responsáveis; essas informações devem ser individualizadas, considerando as características de cada paciente. O profissional também deve conhecer a realidade do paciente, sua história, bem como seu núcleo familiar, uma vez que esses fatores podem influenciar no tratamento (Dias & Souza, 2022).

Síndrome de Down

A Síndrome de Down (SD) é a alteração genética mais comum, conhecida também pelo nome Trissomia 21. O surgimento dessa anomalia está relacionado a uma alteração no número de cromossomos do par 21, que devido a um erro na separação destes em uma das células dos pais gera a presença de um cromossomo extra. É a maior causa de deficiência mental e seu diagnóstico é confirmado através de um exame com estudo cromossômico, no qual é possível detectar o cromossomo 21 extra (Oliveira; Almeida, 2017).

Os indivíduos com Síndrome de Down apresentam déficit cognitivo, macroglossia, alta prevalência de cardiopatia congênita, hipotonia muscular, subdesenvolvimento do terço médio da face e da maxila, com grande prevalência de má oclusão Classe III, mordida cruzada anterior e posterior, além de anomalias dentárias (Oliveira *et al.*, 2021). Outras alterações podem ser encontradas com menor frequência como a má oclusão de Classe II, mordidas abertas, ausências dentárias e microdontia, fazendo com que esses pacientes necessitem de um tratamento ortodôntico precoce (Carvalho & Miranda, 2015).

O acompanhamento ortodôntico tem início nos primeiros meses de vida envolvendo uma avaliação dos músculos periorais hipotônicos e do posicionamento da língua, analisando o quanto esses fatores influenciam no comprometimento da respiração e da deglutição, pois durante o tratamento, pode ser indicada uma placa palatina de memória, aparelhos expansores e colocação de bráquetes (Figueira & Gonçalves, 2020).

A avaliação precoce realizada por uma equipe multiprofissional pode levar à indicação do uso de placa palatal de memória (PPM) em bebês e crianças com Síndrome de Down, o qual a PPM é um aparelho intraoral, confeccionado pelo dentista a partir da moldagem do palato da criança, usado como terapêutica em crianças que apresentam diagnóstico funcional de hipotonia orofacial muscular com protrusão lingual e sem selamento labial. Tem sido utilizada como complemento no tratamento de crianças com T21, a fim de promover o vedamento labial e melhorar a postura de língua (Viana *et al.*, 2024).

Outra forma terapêutica, de acordo com a literatura, para o tratamento da constrição maxilar na infância, são os Expansores Rápidos da Maxila (ERM) são aparelhos com força ortopédica capaz de romper a sutura palatina mediana, aumentando o tamanho transversal da maxila. Os ERM corrigem a atresia maxilar e como consequência favorecem uma melhor acomodação da língua, um aumento

as vias aéreas, uma melhor oxigenação e respiração também são utilizados para o aumento transversal do osso maxilar, levando a um alargamento do perímetro da arcada, proporcionando mais espaço para alinhamento tanto dos dentes decíduos quanto dos futuros dentes permanentes, além disso a expansão do complexo nasomaxilar acarreta em melhora na ventilação nasal e acomodação da língua (Lício *et al.*, 2020).

Outras estratégias podem ser adotadas como opções terapêuticas em pacientes onde o ciclo de crescimento se encerrou. A utilização de bráquetes para alinhamento dentário, de modo a realizar compensações dentárias e melhora na oclusão, proporcionando uma melhor relação dentoalveolar ou até mesmo o uso deles para o preparo ortocirúrgico de uma intervenção com cirurgia ortognática (Carvalho & Miranda 2015).

Caso necessário, o tratamento ortodôntico em pacientes com SD deve ser multidisciplinar e para obter certo sucesso o profissional e os pais ou cuidadores do paciente devem ser colaboradores (Rzeznik, 2020).

Transtorno do Espectro Autista (TEA)

O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é definido como um distúrbio neuro desenvolvimentista de origem biológica que aparece na primeira infância caracterizado por uma alteração na relação social recíproca, na comunicação, linguagem, imaginação, comportamentos governados e atividades estereotipadas (Souza & Rolim, 2022).

A saúde bucal geralmente é negligenciada ou colocada em segundo plano em função das preocupações relacionadas diretamente à doença. Nesse sentido, frequentemente se observa em pacientes autistas uma dieta cariogênica, higiene bucal precária e uso de medicamentos xerostomogênicos, levando a um quadro de saúde bucal desfavorável (Lopes da Silva *et al.*, 2019).

Logo, a situação odontológica dependerá, em grande parte, da higiene diária e da dieta. Deve-se avaliar sinais de erosões dentárias e bruxismo que podem aparecer nas cavidades orais. Outra característica evidenciada é o apertamento e o ranger dos dentes, o que são prejudiciais à saúde e trazem diversos malefícios a Articulação temporomandibular (ATM) (Souza & Rolim, 2022).

A ocorrência de algumas características de má oclusão, como mordida cruzada, sobressaliência aumentada e apinhamento maxilar grave tem sido visualizadas em indivíduos com TEA. Esses achados podem estar relacionados ao

fato dos indivíduos com TEA terem mais hábitos orais parafuncionais, como uso de chupeta exacerbado, bruxismo, mordida no lábio, comportamento de autolesão e morder objetos (Motta, 2021).

Os aparelhos removíveis são preferidos nas fases iniciais do tratamento ortodôntico. Eles são muito utilizados em crianças, especialmente durante o crescimento, para guiar o desenvolvimento dos ossos da face e da arcada dentária. Eles são eficazes em tratamentos interceptores, como correção de hábitos, pequenos alinhamentos dentários e expansão do arco dentário (Hartmann, 2026).

O uso de aparelhos fixos em crianças com TEA deve ser criterioso, pois existe uma dificuldade na aceitabilidade, sendo indicado apenas quando houver boa adaptação prévia ao consultório e à presença de dispositivos na cavidade oral. Esses aparelhos exigem controle rigoroso de higiene oral e colaboração por parte da criança e seus responsáveis (Casamassimo *et al.*, 2018).

Além dos benefícios funcionais e estéticos, como a melhora da mastigação, da fala e da autoestima, o tratamento ortodôntico pode também contribuir para reduzir dificuldades relacionadas à higiene oral, frequentemente comprometida em pacientes com TEA devido às suas particularidades comportamentais (Dengo *et al.*, 2026). Assim, o sucesso do tratamento ortodôntico depende diretamente da adesão da criança. Estratégias de ambientação gradual, uso de histórias sociais, comunicação visual e reforço positivo são altamente recomendadas. Além disso, a técnica de dessensibilização pode ajudar na familiarização com os instrumentos e procedimentos ortodônticos (Silva *et al.*, 2017).

Crianças com TEA têm maiores necessidades odontológicas em comparação com crianças com desenvolvimento típico, em geral, indivíduos com deficiência têm maior probabilidade de ter pior saúde bucal do que indivíduos com desenvolvimento típico. Além disso, a dificuldade de encontrar profissionais que tenha as habilidades necessárias para trabalhar com pacientes especiais são os motivos pelos quais os indivíduos com TEA possuem dificuldades em realizar consultas odontológicas de rotina (De Pauli *et al.*, 2021).

Normalmente, o primeiro contato da criança autista com o dentista acontece tardiamente, e isso torna o atendimento ainda mais complexo. Ganhar a confiança do autista requer tempo e, geralmente, não se consegue êxito na primeira consulta (Santana *et al.*, 2017).

Alguns métodos psicológicos visam ajudar no condicionamento odontológico desses pacientes. A partir disso, é possível usar as técnicas: tell-show-do (dizer-mostrar-fazer), distração, dessensibilização, controle da voz,

recompensa e modelação. A tell-show-doo é uma técnica muito utilizada em Odontopediatria e que também pode ser empregada para pacientes com TEA, nada mais é do que mostrar a criança instrumentais utilizados no atendimento, bem como demonstrar sua função explicando verbalmente e manualmente, com uma linguagem de fácil entendimento para que a criança consiga entender como será realizado o procedimento (Gonçalves *et al.*, 2023).

Aspectos Jurídicos e Bioéticos no Atendimento de PNE

O Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) é um instrumento formal que assegura a autonomia do paciente, ele permite que o paciente manifeste, de forma voluntária, sua concordância com procedimentos odontológicos previamente explicados em todos os seus aspectos, sejam eles de riscos, benefícios, alternativas ou possíveis complicações, promovendo uma tomada de decisão consciente e alinhada aos seus valores individuais (Yarid *et al.*, 2012).

O TCLE personalizado tem fundamental importância na prática odontológica, para documentar e registrar que a família e os responsáveis foram amplamente orientadas e advertidas a respeito das especificidades, dos riscos e acidentes diante do atendimento. Assim, o mesmo atua como uma segurança jurídica e salvaguarda profissional, demonstrando que o profissional atuou de forma necessária e cautelosa ponderando as limitações e tolerância da criança durante o atendimento ortodôntico. (Guerra *et al.*, 2025).

O documento também protege os pacientes dos Cirurgiões-Dentistas que não fornecem informações de fundamental importância. Na condição de leigos, muitas vezes, eles não são devidamente informados a respeito do tratamento, principalmente em relação às possibilidades de insucesso, mesmo sendo executado de forma correta (Yarid *et al.*, 2012).

A relação entre o profissional e o PNE deve ser pautada pelo conceito de igualdade para todos os seres humanos, sendo dever do profissional a promoção da saúde bucal e a obtenção do termo de consentimento esclarecido assinado pelo responsável. Nesse cenário, as peculiaridades que envolvem o atendimento de pacientes atípicos, como aqueles com Síndrome de Down e Transtorno do Espectro Autista, demandam a formalização de um processo de consentimento robusto. O cirurgião-dentista tem a obrigação ética e legal de esclarecer minuciosamente as limitações da terapêutica, assegurando que os pais ou responsáveis compreendam integralmente a natureza da intervenção e colaborem ativamente no processo, compartilhando as decisões sobre o planejamento terapêutico (Mendonça, 2013).

CONCLUSÃO

O atendimento odontológico de crianças com necessidades especiais exige uma abordagem individualizada, humanizada e multidisciplinar, considerando as particularidades clínicas, comportamentais e sociais de cada paciente. Entre as condições mais frequentes, destacam-se a Síndrome de Down e o Transtorno do Espectro Autista, que apresentam características específicas capazes de influenciar diretamente a saúde bucal, o desenvolvimento craniofacial e a necessidade de intervenções ortodônticas.

A literatura demonstra que o acompanhamento ortodôntico precoce pode proporcionar benefícios significativos, contribuindo para a correção de más oclusões, melhora das funções mastigatórias, respiratórias e fonatórias, além de favorecer a estética e a qualidade de vida desses pacientes. Em indivíduos com Síndrome de Down, recursos como a placa palatina de memória e os expansores rápidos da maxila apresentam resultados positivos no desenvolvimento orofacial. Já em pacientes com TEA, a adoção de estratégias de adaptação comportamental e a participação ativa dos responsáveis são fundamentais para o sucesso terapêutico.

Além dos aspectos clínicos, a bioética desempenha papel essencial na assistência odontológica, garantindo o respeito à dignidade, à autonomia e aos direitos dos pacientes e de seus responsáveis. Nesse contexto, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido constitui um instrumento indispensável para assegurar a compreensão do tratamento proposto, fortalecer a relação de confiança entre profissional, paciente e família, e oferecer respaldo ético e legal às condutas realizadas.

Dessa forma, conclui-se que o tratamento ortodôntico em crianças com necessidades especiais vai além da correção das alterações oclusais, representando uma importante ferramenta para a promoção da saúde, inclusão social e bem-estar. O sucesso do tratamento depende da atuação integrada entre profissionais de saúde, familiares e cuidadores, permitindo uma assistência segura, ética e centrada nas necessidades individuais de cada criança.

REFERÊNCIAS

ALKHASTATUS, J. O. S. et al. Oral health status and treatment needs for children with special needs: A cross-sectional study. **Pesquisa Brasileira em Odontopediatria e Clínica Integrada**, v. 19, e4877, 2019. DOI: <https://doi.org/10.4034/PBOCI.2019.191.127>. Acesso em: 13 abr. 2026.

ANDRADE, E. Pacientes portadores de necessidades especiais: abordagem odontológica e anestesia geral. **Revista Brasileira de Odontologia**, v. 72, n. 1/2, p. 66-69, 2015. DOI: <http://dx.doi.org/10.18363/rbo.v72.2015.e616>. Acesso em: 13 abr. 2026.

ARAÚJO, L.P.C. **Síndrome de Down**: Características dentárias e plano de tratamento. Como atuar? 2017. Relatório de Estágio (Mestrado Integrado em Medicina Dentária) – Instituto Universitário de Ciências da Saúde, 2017. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11816/2864>. Acesso em 24 abr. 2026.

BERTHOLD, T. B. et al. Síndrome de Down: Aspectos gerais e odontológicos. **Revista de Ciências Médicas e Biológicas**, v. 3, n. 2, p. 252-260, 2004. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-481901>. Acesso 24 abr. 2026.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção Especializada à Saúde. Secretaria de Atenção Primária à Saúde. **Guia de atenção à saúde bucal da pessoa com deficiência**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2019. 120 p. ISBN 978-85-334-27433. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/saude_bucal_sistema_unico_saude. Acesso em 24 abr. 2026

CARVALHO, T. M.; MIRANDA, A. F. Considerações ortodônticas e ortopédicas no tratamento de crianças com Síndrome de Down. **Revista Odontologia Planalto Central**, v. 5, n. 2, p. 5-10, 2015. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-858931>. Acesso 5 mai. 2026.

CARVALHO, Tatiane Maciel de; MIRANDA, Alexandre Franco. Ortopedia e ortodontia em crianças com síndrome de Down. **Revista Ciências e Odontologia**, v. 1, n. 1, p. 29-34, 2017. Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/RCO/article/view/137/108>. Acesso 24 abr. 2026.

CASAMASSIMO, P. S.; WILSON, S.; GROSS, L. Behavior guidance for the pediatric dental patient. **Pediatric Dentistry Reference Manual**, v. 40, n. 6, p. 266-279, 2018. Disponível em: https://www.aapd.org/globalassets/media/policies_guidelines/bp_behavguide25.pdf. Acesso 13 abr. 2026.

DENGO, Maria Eduarda et al. Transtorno do espectro autista no atendimento ortodôntico: estratégias e limitações no atendimento. **Santé - Cadernos de Ciências da Saúde**, Pato Branco, v. 4, n. 2, p. 55-67, 12 fev. 2026. Disponível em: <https://periodicos.unidep.edu.br/sante/article/view/363>. Acesso em: 13 abr. 2026.

DE PAULI, Julia; SILVA, Aline Hübner da; KELLER, Alexandra Oliveira; LINDEN, Maria Salete Sandini; BERVIAN, Juliane; DE CARLI, João Paulo. Necessidade de tratamento odontológico em pacientes com transtorno do espectro autista. **Cataventos**, Cruz Alta, RS, v. 13, n. 1, p. 11-19, jul. 2021. DOI: <https://www.doi.org/10.33053/cataventos.v13i1.380>. Acesso em: 20 mai. 2026.

DIAS, Higor Henrique Pereira; SOUZA, José Antonio Santos. Tratamento odontológico em crianças com necessidades especiais: uma revisão de literatura. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 10, p. 1513-1528, out. 2022. DOI: 10.51891/rease.v8i10.7253. Acesso em 24 abr. 2026.

FALCÃO, A. C. S. L. A. et al. Síndrome de Down: Abordagem odontopediátrica na fase oral. **Revista de Odontologia da Universidade Cidade de São Paulo**, v. 31, n. 1, p. 57-67, 2019. Disponível em: DOI: https://doi.org/10.26843/ro_unividv3112019p57-67. Acesso em: 5 mai. 2026.

FERNANDES, J. M. B.; VIEIRA, L. T.; CASTELHANO, M. V. C. Revisão narrativa enquanto metodologia científica significativa: reflexões técnico-formativas. **REDES – Revista Educacional do Sucesso**, v. 3, n. 1, p. 1-7, 2023. ISSN: 2763-6704. Disponível em: <https://www.editoraverde.org/portal/revistas/index.php/rec/article/view/223>. Acesso 5 mai. 2026.

FERREIRA, G. P.; ZANELLA, P. B. Síndrome de Down e nutrição: Uma revisão integrativa da literatura. **Revista Interdisciplinar de Estudos em Saúde**, v. 14, n. 1, e2609, 2025. DOI: <https://doi.org/10.33362/ries.v14i1.2609>. Acesso em 24 abr. 2026.

FIGUEIRA, T. P.; GONÇALVES, S. S. Manifestações bucais e craniofaciais nos portadores da Síndrome de Down de interesse ortodôntico. **Cadernos de Odontologia do Unifeso**, v. 1, n. 2, p. 149-171, 2020. Disponível em: <https://revista.unifeso.edu.br/index.php/cadernosodontologiaunifeso/article/view/1993>. Acesso em 24 abr. 2026.

GONÇALVES, T. N. et al. Reabilitação oral em paciente com Transtorno do Espectro Autista: Devolvendo estética e função. **Research, Society and Development**, v. 12, n. 6, e6512641976, 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v12i6.41976>. Acesso em 6 mai. 2026.

GUERRA, Ingrid Martins et al. A importância do TCLE para a prática odontológica: uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 14, n. 5, e9014548842, 2025. DOI: 10.33448/rsd-v14i5.48842. ISSN 2525-3409. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v14i5.48842>. Acesso em 15 jun. 2026.

HARTMANN, Francine. **Aparelhos removíveis**: o que são, quando usar e quais as vantagens. Francine Hartmann, 23 abr. 2026. Disponível em: <https://francinehartmann.com.br/aparelhos-removiveis>. Acesso em: 15 jun. 2026.

LÍCIO, L. N.; PAULIN, R. F.; CARVALHO, T. M. A importância da ortodontia preventiva em Síndrome de Down. **Revista Ciências e Odontologia**, v. 4, n. 1, p. 14-21, 2020. Disponível em: <https://revistas.icesp.br/index.php/RCO/article/view/718/824>. Acesso 11 abr. 2026.

LIMA, A. S. C. **Cuidados a ter na saúde oral em pacientes com necessidades especiais**. 2011. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Porto, Porto, 2011. Disponível em: <https://repositorioaberto.up.pt/bitstream/10216/63743/2/Tese%20Ana%20Lima%20final>. Acesso em: 25 mai 2026.

MACÊDO, G. L. et al. Acesso ao atendimento odontológico dos pacientes especiais: A percepção de cirurgiões-dentistas da atenção básica. **Revista Ciência Plural**, v. 4, n. 1, p. 67–80, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21680/2446-7286.2018v4n1ID13839>. Acesso em: 5 mai. 2026.

MENDONÇA, B. N. et al. O uso da placa palatina de memória e sua importância no desenvolvimento facial de crianças com Síndrome de Down: Uma revisão de literatura narrativa. **Revista Caribenha de Ciências Sociais**, v. 13, n. 4, p. 1–12, 2024. DOI: <https://doi.org/10.55905/rcssv13n4-009>. Acesso em: 25 mai. 2026.

MENDONÇA, Deborah Montenegro. **Perfil dos pacientes atendidos na clínica para pacientes portadores de necessidades especiais, do curso de Odontologia da Universidade Federal do Amazonas/AM**. 2013. Relatório Final (Programa Institucional de Iniciação Científica – PIBIC/CNPq) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2013. Disponível em: <https://riu.ufam.edu.br/bitstream/prefix/3475/2/Deborah%20Montenegro%20Mendon%C3%A7a.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2026.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **09/12 – Dia da criança com deficiência**. Biblioteca Virtual em Saúde, 2024. Disponível em: <https://bvsms.saude.gov.br/09-12-dia-da-crianca-com-deficiencia/>. Acesso em: 14 jun. 2026.

MOTTA, T. P. **Má oclusão em indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA): Revisão sistemática e meta-análise**. 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/1843/44636>. Acesso em 24 abr. 2026.

MOURA, A. B. R. et al. Atendimento odontológico para pacientes com necessidades especiais: Uma revisão de literatura. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, e288985405, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i8.5405>. Acesso em: 24 abr. 2026.

OLIVEIRA, A. C. B.; PAIVA, S. M.; PORDEUS, I. A. Fatores relacionados ao uso de diferentes métodos de contenção em pacientes portadores de necessidades especiais. **Ciência Odontológica Brasileira**, v. 7, n. 3, p. 52–59, 2004. DOI: <https://doi.org/10.14295/bds.2004.v7i3.437>. Acesso em: 5 mai. 2026.

OLIVEIRA, N. A. R. et al. Promoção da qualidade de vida de adolescente com síndrome de Down: Relato de tratamento ortodôntico. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 4, n. 1, p. 686–694, 2021. DOI:10.34119/bjhrv4n1-058. Acesso em: 13 abr. 2026.

OLIVEIRA, R. M. B; ALMEIDA, P. A. et al. Sensibilização para o Cuidado em Odontologia e pacientes especiais: conhecer, orientar e prevenir. São Paulo: **Revista Saúde Integrada**, 2017. Disponível em: <https://revista.saojose.br/index.php/cafsj/article/view/194>. Acesso em: 14 jun. 2026.

PEREIRA, A. S. et al. **Metodologia da pesquisa científica**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2018. E-book livre. Disponível em: <https://biblioteca.uniscied.edu.mz/bitstream/123456789/451/1/Metodologia-Pesquisa-Cientifica.pdf>. Acesso 8 abr. 2026.

RISEMBERG, R. I. C. et al. A importância da metodologia científica no desenvolvimento de artigos científicos. **E-Acadêmica**, v. 7, n. 1, e0171675, 2026. DOI: <http://dx.doi.org/10.52076/eacad-v7i1.675>. Acesso em: 14 jun. 2026.

ROTHER, E. T. Revisão sistemática vs. revisão narrativa. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 2, p. 5-6, 2007. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000200001>. Acesso em: 14 jun. 2026.

ROZENDO, D. M. M. et al. A importância do conhecimento e preparo para o atendimento odontológico de pessoas com necessidades especiais. **Revista CROMG**, v. 21, n. 1, p. 49-54, 2022. DOI: <https://doi.org/10.61217/rcromg.v21i1.231>. Acesso em 16 jun. 2026.

RZEZNIK, I. **Síndrome de Down: Atendimento odontológico e manifestações orais**. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Odontologia) – Centro Universitário Guairacá, Guarapuava, 2020. Disponível em: <http://200.150.122.211:8080/jspui/handle/23102004/246>. Acesso em: 24 jun. 2026.

SANT'ANNA, LFC; BARBOSA, CCN; BRUM, SC. Atenção à saúde bucal do paciente autista. **Revista Pró-UniverSUS**. 2017 Jan./Jun.; 08 (1): 67-74. Disponível em: <https://editora.univassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/533/725>. Acesso em: 20 jun. 2026.

SANTOS, Fabiano de Sant'Ana dos et al. Percepção dos cuidadores sobre os aspectos éticos do atendimento odontológico a pacientes com necessidades especiais. **Odontologia Clínico-Científica**, Recife, v. 10, n. 4, p. 331-336, out./dez. 2011. ISSN 1677-3888. <https://revodonto.bvsalud.org/pdf/occ/v10n4/a06v10n4.pdf>. Acesso em: 1 jun. 2026.

SILVA, I. P.; MACHADO, F. A.; OLIVEIRA, T. F. Impacto socioeconômico do transtorno do espectro autista: Uma análise das políticas de suporte e dos desafios familiares no Brasil. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 18, 2025. DOI: <https://doi.org/10.61164/7g6ep646>. Acesso em 1 jun. 2026.

SILVA, S. N.; LUCENA, E. E. F.; SOUSA, S. A. Dental care for children with autism spectrum disorders: Characteristics and behavior management. **Research in Developmental Disabilities**, v. 71, p. 1-10, 2017. Disponível em: https://link.springer.com/rwe/10.1007/978-3-031-40858-8_125-1. Acesso em 20 jun. 2026.

SOUZA, L. A. P.; ROLIM, V. C. L. B. Manejo odontológico em pacientes com transtorno do espectro autista. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 8, n. 5, p. 1562-1576, 2022. DOI: <https://doi.org/10.51891/rease.v8i5.5572>. Acesso em: 1 jun. 2026.

VETORAZZO, K. R. S. et al. Prevalência de alterações bucais em pacientes com necessidades especiais. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 2, e146922148, 2020. DOI: <https://doi.org/10.33448/rsd-v9i2.2148>. Acesso em 20 jun. 2026.

VIANA, Larissa Andrade Pereira; ALMEIDA, Patrícia Karine Galvão Nunes de; SILVA, Regina Celi Barboza. Benefícios do uso da placa palatina de memória em pacientes com síndrome de Down: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences**, v. 6, n. 10, p. 4367-4376, 2024. DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2024v6n10p4367-4376>. Acesso em: 25 jun. 2026.

YARID, Sérgio Donha et al. Uso do termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) por cirurgiões-dentistas em atividades clínicas. **Odontologia Clínica-Científica**, Recife, v. 11, n. 3, p. 209-213, jul./set. 2012. ISSN 1677-3888. Disponível em: https://revodonto.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-38882012000300012. Acesso em: 25 jun. 2026.